

FRI, 14 JAN 2022

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

Estado paga juros mais altos pelas emissões de dívida

Estado paga juros mais altos pelas emissões de dívida

Portugal conseguiu pagar mínimos nos dois primeiros anos de pandemia, mas o aperto na política monetária em 2022 ameaça esse privilégio



Cristina Casalinho, que dirige o IGCP desde setembro de 2014, inaugurou o ano com uma operação que registou uma procura de €20 mil milhões FOTO ANTONIO COTRIM/LUSA

JORGE NASCIMENTO RODRIGUES

O custo de financiamento das emissões de dívida em 2022 deverá aumentar dos mínimos que registou em 2020 e 2021, em virtude de as taxas de juro já estarem a subir no mercado. Portugal gozou de dois anos especiais, durante a pandemia,

com o juro médio das novas emissões a descer para um mínimo de 0,5% em 2020. Mas já subiu ligeiramente para 0,6% no ano passado, segundo dados publicados pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP).

As projeções disponíveis para a dívida a 10 anos apontam para a duplicação da taxa até final do ano, de 0,6% atual-

mente para mais de 1% no final deste ano, segundo o portal World Government Bonds (ver gráfico). Nos outros prazos, a subida também será certa, tendo em conta a pressão que vai ser exercida pelo aperto da política monetária por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos (Fed), com um impacto global nos mercados financeiros, e do próprio Banco Central

Europeu (BCE). Apesar da estratégia "passo a passo" garantida por Christine Lagarde, a persistência do surto inflacionista na zona euro poderá obrigar o BCE a abandonar o gradualismo e a ser contagiado pelos norte-americanos.

Para uma economia como a portuguesa, em que mais de 30% da dívida é detida pelo BCE, sendo o principal credor do país, as alterações nas aquisições de títulos no mercado secundário pelo banco central são matéria muito sensível para a gestão da sustentabilidade da dívida. A trajetória de subida dos juros da dívida deverá ser, no entanto, gradual, o que permitirá ao IGCP colocar boa parte do seu programa de emissão em 2022 ainda com taxas historicamente baixas.

Investidores correm à primeira operação do ano

Nesse quadro, Portugal regressou ao mercado esta semana, tendo colocado €3000 milhões em dívida de longo prazo com uma procura superior a €20 mil milhões. Foi a primeira operação do ano realizada pela Agência diri-

meu por uma sindicância de muito longo prazo, lançando, em fevereiro, a obrigação com o prazo mais longo da carteira de dívida portuguesa, o título a vencer em 2052. A operação de financiamento desta semana foi feita no mercado de emissão — designado como mercado primário — através de uma operação sindicada a seis bancos e não por via de leilão. No mesmo dia, o Tesouro espanhol realizou uma operação similar, colocando €10 mil milhões em obrigações a vencer em 2032, com uma procura de mais de €63 mil milhões, pagando uma taxa de 0,753%, que é superior à registada para as obrigações portuguesas a 10 anos.

Credores oficiais têm mais de 50% da dívida

Com esta primeira operação sindicada, o IGCP concretizou os primeiros 17% do seu plano de emissão de obrigações no valor de €17,7 mil milhões. É um valor de emissão bruta que é superior em mais de €3000 milhões ao plano concretizado em 2021, que se ficou por €14,6 mil milhões. Apesar do

O IGCP colocou esta semana €3000 milhões em dívida a vencer em 2042 pagando uma taxa de 1,185%

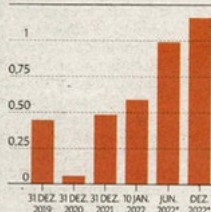
gida por Cristina Casalinho, lançando uma nova linha de obrigações a 20 anos, vencendo em 2042, que passa a ser o segundo prazo mais longo na carteira da dívida portuguesa.

O Tesouro pagou uma taxa de remuneração de 1,185%, que se situa a meio entre os 0,9% para os títulos que vencem em 2037 e os 1,47% para as obrigações que vencem em 2052, segundo as *yields* que se registavam na quarta-feira, no dia da operação, no mercado secundário onde se transacionam os títulos entre os investidores.

A aposta em emitir dívida de mais longo prazo, enquanto ainda são possíveis taxas de remuneração historicamente baixas, é apontada como "eficiente" por analistas de mercado. Recorde-se que, em janeiro de 2019, a taxa no mercado da dívida a 20 anos estava no dobro do que agora

JUROS DUPLICAM ATÉ FINAL DO ANO

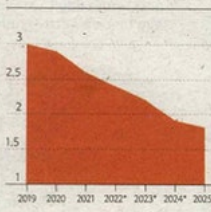
Yields das obrigações a 10 anos em %



* Projeções do World Government Bonds
Nota: Taxas no mercado secundário
FONTES: INVESTING.COM E WORLD-GOVERNMENT BONDS

CUSTO DA DÍVIDA EM QUEDA

Juro médio do stock de dívida em %



* Projeções
FONTE: IGCP (APRESENTAÇÃO INVESTIDORES DE 9/12/2021)

O Tesouro vai emitir €17,7 mil milhões em obrigações em 2022 tendo de amortizar 13,4 mil milhões em dívida

maior volume de emissão bruta de obrigações, as necessidades líquidas de financiamento do Estado em 2022 vão ser inferiores em €2,5 mil milhões em relação ao ano passado, pois o défice será inferior, mas as amortizações de dívida vão ser superiores em 800 milhões.

Apesar da perspectiva de subida das taxas nas novas emissões, o custo anual do *stock* de dívida continuará a descer até final da nova legislatura, segundo as previsões do atual Governo: de 2,6% em 2021 para 1,8% em 2025 (ver gráfico). Recorde-se que mais de 50% da dívida atual está nas mãos de credores oficiais: o BCE, os dois fundos de resgate do tempo da *troika* e a União Europeia (agora, nomeadamente, através dos empréstimos no âmbito do-Fundo de Recuperação e Resiliência).
economia@expresso.imprensa.pt